

Discurso do presidente do Consea, Renato S. Maluf, na 30ª Conferência Regional da FAO para América Latina e Caribe.

Data: 17/04/2008

Senhor Presidente

Senhoras e senhores delegados

Eu quero começar agradecendo que me foi dada de me dirigir a esse plenário, na condição de representante da sociedade civil exercendo a função de Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Eu não poderia deixar de aproveitar esse momento, antes de entrar no tema, para fazer um registro histórico. No próximo dia 5 de setembro, estaremos celebrando o centenário de nascimento de Josué de Castro, pioneiro no diagnóstico e enfrentamento das causas sócio-econômicas e políticas da fome. Além de ter estado nas origens da própria FAO.

Gostaria de parabenizar a Direção Regional da FAO pela decisão de implementar a Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome que tem possibilitado colocar esse tema com destaque nas agendas públicas dos países da região. E também por colocar a integração regional em outro patamar, já que estabelece ações conjuntas entre os países sobre uma questão social de inegável relevância.

A erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional dizem respeito ao direito humano a uma vida digna e são decisivos para a soberania dos povos. Além disso, elas são componentes centrais para superarmos a histórica desigualdade social que infelizmente caracteriza a América Latina e o Caribe.

A declaração da Conferência Especial para a Soberania Alimentar, pelos Direitos e a Vida, ontem apresentada aqui nesta conferência, oferece importantes elementos de diagnóstico e proposições de enfrentamento da fome e de promoção da soberania alimentar e do direito à alimentação. Sabemos que a fome e a insegurança alimentar têm múltiplas dimensões – econômica, social, de gênero, étnica, entre outras.

Sabemos também que elas resultam de vários determinantes, principalmente, os de natureza estrutural. Entre esses determinantes gostaria de destacar os modelos econômicos concentradores de riqueza e geradores de desigualdade que predominam na região, a perda de capacidade reguladora e de formulação de políticas dos Estados nacionais, a fragilidade dos sistemas de proteção social, as permanentes dificuldades enfrentadas pela agricultura de base

familiar e camponesa e a amplitude limitada dos programas de reforma agrária, e também a pequena prioridade aos aspectos nutricionais e educativos nas políticas públicas.

Há também fatores conjunturais que agravam esse quadro, como é o caso da recente elevação dos preços internacionais dos alimentos. É verdade que ela tem múltiplas causas, mas tornou inevitável a discussão conjunta da segurança alimentar e segurança energética, como disse o próprio Presidente Lula ontem. Somos da opinião de que a construção de alternativas, sem dúvida inadiável, deve ter a devida preocupação sócio-ambiental e, para tanto, exige recuperar a capacidade de regulação do Estado num setor dominado por poderosos interesses. No caso do Brasil, há que ir além dos grandes números que dizem haver disponibilidade de terra e de gente, de modo a contemplar os espaços reais onde essas alternativas são construídas e os impactos e conflitos nela produzidos.

Há o temor de que a maioria dos países latino-americanos e caribenhos se encontre desarmada ou disponha de limitados instrumentos de ação para fazer frente a essa grave conjuntura. Mais de uma década de hegemonia neoliberal entre nós explica, em grande medida, essa fragilidade da ação do Estado.

No caso do Brasil, os efeitos da conjuntura atual têm sido mitigados por programas de transferência de renda e de apoio à agricultura familiar, todos eles integrantes do que seria uma política nacional de segurança alimentar e nutricional, cuja formulação o Consea vem perseguindo. Em nosso caso, falta-nos especialmente uma política nacional de abastecimento alimentar orientada pelos enfoques da soberania alimentar e do direito à alimentação, que promova a agricultura familiar de base agroecológica, amplie o acesso à alimentação adequada e saudável, e recupere equipamentos públicos desde uma ótica descentralizada que busque aproximar a produção e o consumo. O Consea elaborou uma proposta de política nacional de abastecimento alimentar com essas perspectivas, em 2005.

Como se pode perceber, senhor presidente, senhoras e senhores delegados, a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional requerem ações intersetoriais na forma de programas integrados que coordenem a ação dos vários setores de governo e também da sociedade civil. A participação social na formulação das políticas e o apoio e difusão de iniciativas exemplares oriundas da sociedade civil são elementos constitutivos dessa estratégia.

Este diagnóstico fez com que, no Brasil, caminhássemos na direção de aprovar uma lei que prevê a construção de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com uma política e um plano que lhe correspondem. Isto é um resultado de antigo e amplo movimento

social pela segurança alimentar e nutricional e da profícua interação com o governo federal desde o início do governo do Presidente Lula. Dispomos já de um Conselho Nacional, no qual participam 19 Ministros de Estado e 38 representantes da sociedade civil, além de observadores internacionais, que tem conseguido reconhecimento e legitimidade. O Governo Federal recém instalou a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, localizada no Gabinete do Ministro Patrus Ananias, a partir da qual se espera seja construída a política de segurança alimentar. Temos um grande desafio de envolver os demais entes federativos, a saber, as esferas estaduais e municipais sem as quais não se constrói um sistema nacional efetivo.

Temos o desafio maior que é transformar a segurança alimentar e nutricional numa questão de Estado, e não apenas de Governo. Para tanto, estamos nos mobilizando para que seja aprovada a inclusão, na Constituição Federal, da alimentação entre os direitos básicos de todos os brasileiros e brasileiras.

Por fim, mas não menos importante, o Consea está em fase de definição de uma agenda internacional que englobará o debate das negociações comerciais agrícolas e dos demais acordos internacionais que têm relação com a segurança alimentar e nutricional, a implementação das diretrizes voluntárias do direito humano à alimentação, aprovadas pela FAO, com efetiva participação dos cidadãos, e a cooperação Sul-Sul no que se refere à participação social nas políticas públicas, ao intercâmbio de experiências e ao estabelecimento de ações conjuntas. Quem sabe chegamos a ter Conseas na maioria dos países da região, como mencionou o Presidente Lula em seu pronunciamento ontem.

É nesse contexto, senhor presidente, senhores e senhoras delegados, que reafirmamos a importância da Iniciativa América Latina e o Caribe sem Fome e nosso compromisso em colaborar para seu êxito.

Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade.